

Redução da informalidade por meio do diálogo social

Maio de 2014



Informalidade

- Fenômeno revelador da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho brasileiro e da assimetria de poder entre trabalho e capital.
- Estabelece clara diferenciação no acesso à proteção social, estruturada no Brasil com base na relação de assalariamento:
 - Direitos trabalhistas e cobertura previdenciária
 - Organização e negociação coletiva.
- É um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do país.

Estimativa, distribuição e contribuição à previdência dos ocupados segundo formas de inserção
Distrito Federal e Regiões Metropolitanas – 1999 e 2009

Formas de inserção	Estimativas (Em mil pessoas)		Distribuição (%)		Contribuição à previdência (%)	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Total de Ocupados	13.136	17.155	100,0	100,0	61,1	67,3
Empregados	8.729	12.264	66,5	71,5	76,1	80,8
Emprego protegido	5.978	8.882	45,5	51,8	100,0	100,0
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado	4.651	7.268	35,4	42,4	100,0	100,0
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Público	388	454	3	2,6	100,0	100,0
Estatutário pelo Setor Público	938	1.160	7,1	6,8	100,0	100,0
Emprego subcontratado	1.132	1.428	8,6	8,3	44,6	54,0
Assalariados Contratados em Serviços Terceirizados	422	683	3,2	4	89,9	93,7
Autônomos que Trabalham para uma Empresa	710	745	5,4	4,3	17,6	17,4
Emprego ilegal	1.620	1.954	12,3	11,4	10,2	12,7
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Privado	1.435	1.699	10,9	9,9	6,1	7,6
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Público	185	255	1,4	1,5	41,7	46,9
Trabalhadores Independentes	2.470	2.931	18,8	17,1	23,3	23,9
Conta Própria	2.188	2.580	16,7	15	18,9	19,4
Autônomo para mais de uma empresa	188	249	1,4	1,5	(3)	(3)
Autônomo para o público	1.695	2.074	12,9	12,1	15,0	16,6
Dono de negócio familiar	305	257	2,3	1,5	35,7	35,1
Pequenos Empregadores (1)	121	154	0,9	0,9	50,6	53,8
Profissional Universitário Autônomo	162	198	1,2	1,2	63,3	59,6
Empregados Domésticos	1.215	1.338	9,2	7,8	37,2	43,7
Demais ocupados	721	622	5,5	3,6	49,3	55,2

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE.

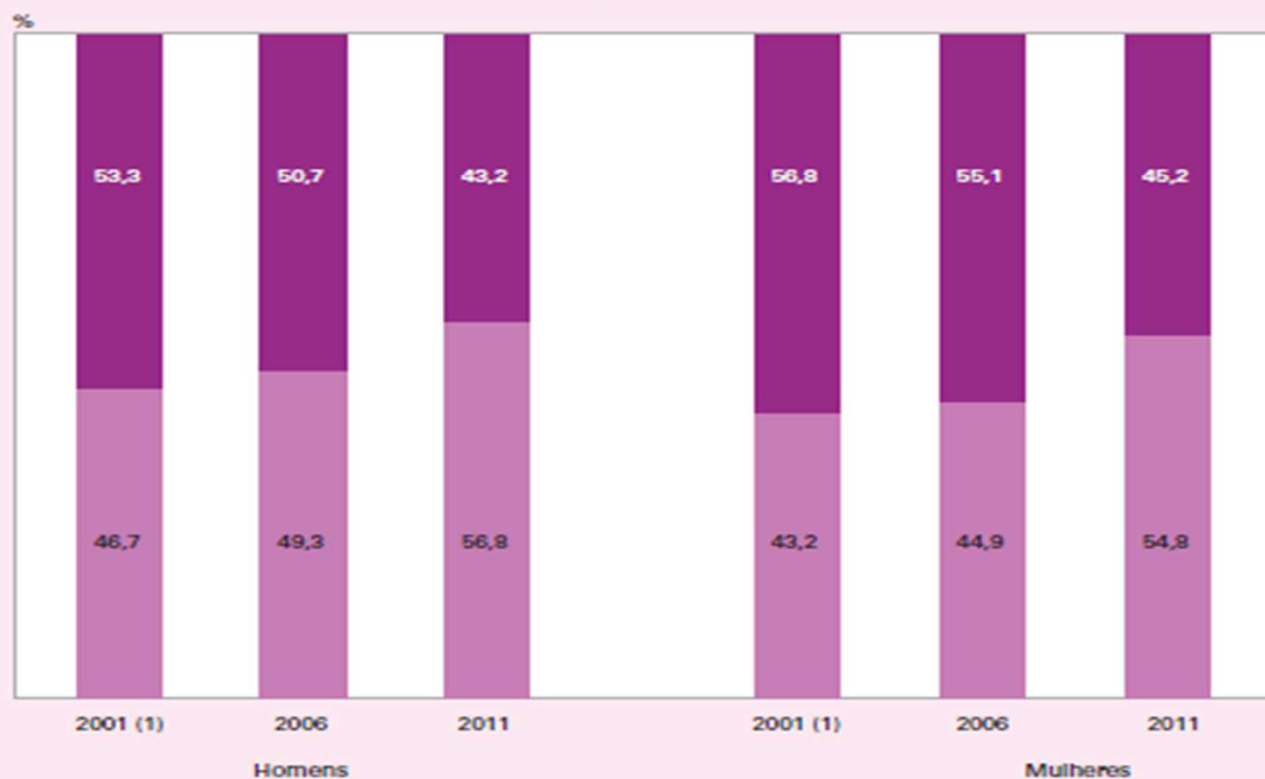
(1) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(2) Inflator utilizado: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs.: Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

Gráfico 4.2 - Distribuição percentual de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalho formal e informal, segundo o sexo - Brasil - 2001/2011



Trabalho Informal

Trabalho formal

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

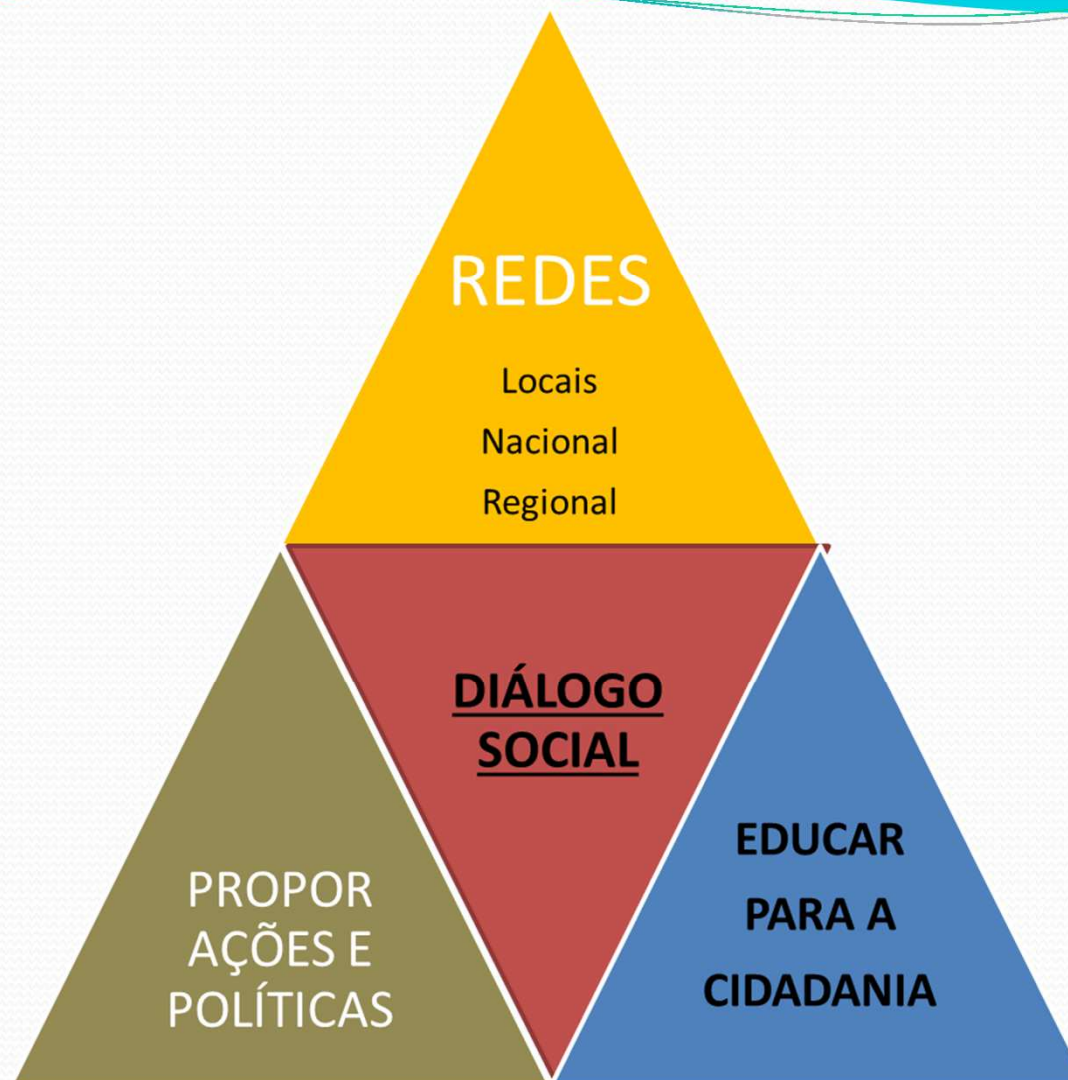
(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Projeto

- Desde de 2010 o DIEESE desenvolve o projeto **Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social**:
 - Identificação dos gargalos que dificultam a formalização do trabalho, bem como demandas e necessidades;
 - Construção coletiva e fomento a ações que ajudem a promover a formalização
 - Dirigido a trabalhadores assalariados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, autônomos, cooperativas, pequenos empreendimentos, micro, pequenas e médias empresas, etc.
- Suporte: BID/FOMIN, MPS, ANFIP, Centrais Sindicais, entre outros.

Objetivo

Construir
redes locais, nacional e regional,
para dar visibilidade ao problema e
propor políticas e ações,
por meio do diálogo social.



Diálogo Social

“É o processo/ instrumento/ espaço no qual os atores sociais, legitimamente reconhecidos, se reúnem institucionalmente para: compartilhar ideias, cooperar, buscar convergências de objetivos ou negociar assuntos de interesse comum” .

Requer:

- Mobilização de atores
- Oficinas de diálogo para mapeamento de demandas e necessidades
- Oficinas de diálogo para elaboração do plano de ação.
- Execução / Monitoramento

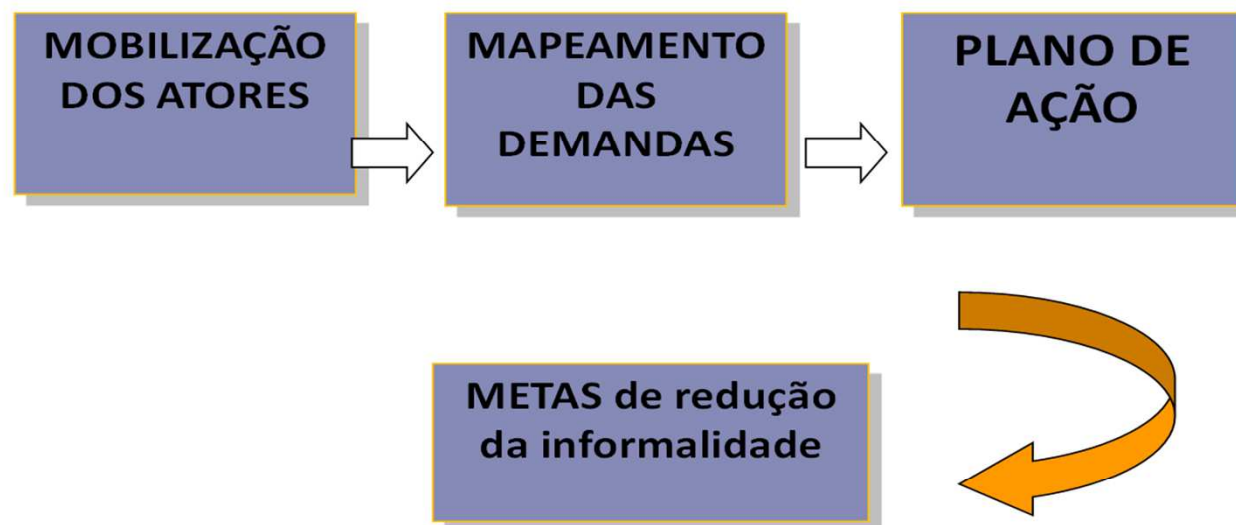
Rede Nacional/Parceiros

- DIEESE
- Centrais Sindicais: CGTB, CTB, CUT, FS, NCST, UGT
- ANFIP
- CONTAG
- UNISOL Brasil
- BID/FOMIN
- IPEA
- Ministério do Desenvolvimento Social - MDS
- Ministério da Previdência e Social - MPS
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- OIT
- Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência
- SEBRAE
- Fundação Banco do Brasil

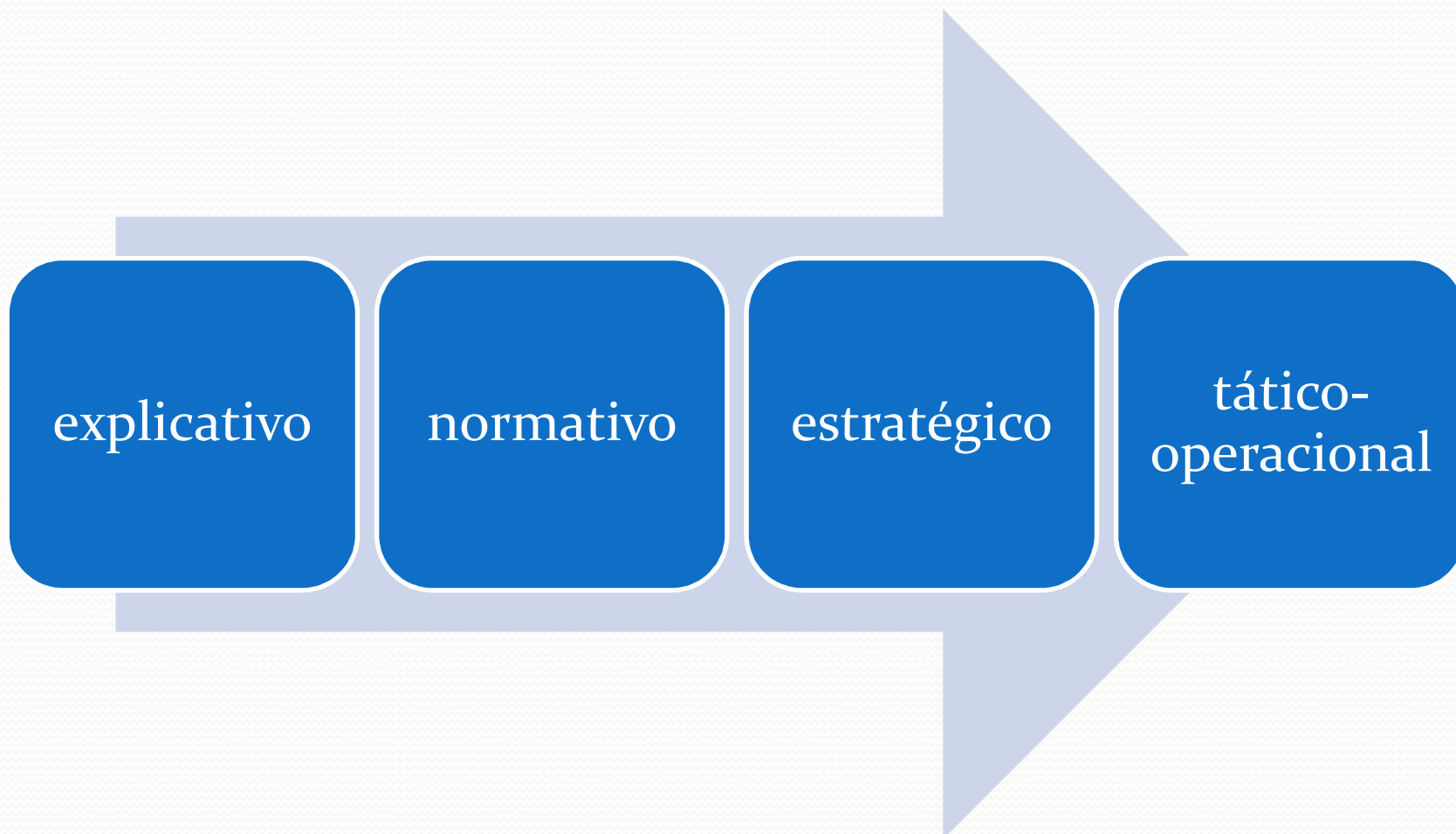
Histórico

- Desde 2010, são executadas ações nos Pilotos:
 - Confecção, no Agreste de Pernambuco
 - Comércio, em Porto Alegre/RS
 - Construção Civil, Curitiba / PR
 - Rural, na cultura da cebola em Ituporanga/SC e na cajucultura no CE
- A partir de final de 2012, novos Pilotos:
 - Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes, em Natal / RN
 - Cadeia da Construção, em Salvador / BA
 - Assalariados Rurais nas Regiões Fronteiriças, em Uruguaiana/RS
 - Emprego Doméstico, em Salvador /BA e Nacional
- Em cada local são constituídas redes próprias que se articulam com a Rede Nacional

Percurso dos Pilotos



Processamento dos PROBLEMAS:



explicativo

- Descrição do problema

normativo

- Propostas de ação (O que será feito? Quando? Por quem? De que forma?)

estratégico

- viabilidade

Tático-
operacional

- Implementação e gestão do plano

Exemplos de Ações Coletivas

- Inclusão previdenciária
- Simplificação das Declarações Sociais
- Concessão de alvarás de funcionamento
- Criação de centros populares de venda
- Crédito
- Fiscalização
- Educação previdenciária
- Educação profissional
- Fomento ao associativismo-cooperativismo

Programas e Políticas Públicas

- Grupos volantes de fiscalização;
- Cooperativismo: integrar programas para o financiamento a partir de referências comuns para a análise do risco de crédito;
- Agricultura familiar – seguro especial
- Adequação nos Municípios da Lei Geral da MPE, visando a democratização do acesso à cidade;
- Inclusão digital (acesso gratuito)
- E_social

Resultados Gerais

- Empoderamento dos atores, sobretudo, dos trabalhadores
 - Fortalecimento dos espaços democráticos.

- 32 oficinas de diálogo social,
- 16 seminários,
- 11 cursos de capacitação,
- 106 reuniões da coordenação nacional com organizações e governos,
- 22 reuniões com atores sociais nos pilotos (visitas de sensibilização),
- 19 participações em eventos nacionais e internacionais,
- 16 palestras em Congressos, Fóruns e outros eventos,
- 07 publicações,
- 4 estudos e pesquisas setoriais,
- 15 boletins eletrônicos e
- 03 vídeos, envolvendo milhares de representantes de organizações e participantes.

Criação do Grupo de Trabalho Interministerial

O Governo Federal criou, em agosto de 2011 um Grupo Interministerial com o objetivo de discutir, analisar e avaliar as propostas do "Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social", cujos integrantes representam:

- Ministro de Estado da Previdência Social e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
- Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
- Ministro de Estado da Fazenda – Secretaria da Receita Federal do Brasil e Caixa Econômica Federal
- Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
- SEBRAE
- ANFIP
- DIEESE
- Representantes dos Trabalhadores dos pilotos: Construção Civil, Comércio, Setor Rural e Confecções

Agricultura Familiar - SC

- Mobilização dos trabalhadores e produtores familiares rurais
- Realização de uma marcha em Brasília (março de 2012), para exigir do governo um programa nacional de combate à informalidade
- Abertura de negociações para adaptação do setor ao GFIP e sobre o programa nacional
- Política Nacional para os Trabalhadores Assalariados Rurais
- Ampliação do número de contratações formais na localidade
- Módulo preliminar do projeto e_social voltado ao produtor rural

Comércio – Porto Alegre

- Publicação do caderno “Subsídios para uma política de formalização: trabalhadores por conta própria de Porto Alegre” (apoio OIT e FOMIN/BID) com diagnóstico realizado no âmbito do projeto-piloto, com o detalhamento metodológico e principais resultados da pesquisa feita com os grupos focais.
 - A publicação está disponível na internet no seguinte endereço:
<http://www.dieese.org.br/projetos/informalidade/pesquisaSubsidiosPoliticaFormalizacao.pdf>
- A implementação do Programa Linha da Pequena Empresa, pelo Sebrae/RS e a SMIC, que percorre diferentes bairros do município de Porto Alegre registrando os pequenos empreendedores e fornecendo orientação em gestão, microcrédito, alvarás e licenças municipais. Ampliação do Programa para outros municípios gaúchos.

Cajucultura - CE

- Fomento ao cooperativismo como forma de produção.
- Dez cooperativas singulares que se haviam constituído formalmente nos anos 2000, passaram a gerir suas atividades levando em conta os direitos sociais e previdenciários dos agricultores familiares enquanto segurados especiais da Previdência Social nos marcos da legislação vigente – cursos de formação.
- Falta de informação desencorajava a formalização – Cartilha sobre Proteção Social e Cooperativismo (DIEESE, BID e MPS) com repercussão nacional.

Construção – Curitiba e Salvador

- Articulação entre os pilotos, com a experiência de controle social do Paraná mobilizando trabalhadores na Bahia para adaptar e aplicar a iniciativa de criação de comitês da sociedade civil, em parceria com o poder público, para incentivar a formalização e fiscalizar as condições de trabalho nas obras.
- Cartilha informativa do Programa de Incentivo à Formalidade no Mercado de Trabalho da Construção.
 - O material encontra-se disponível gratuitamente no site do DIEESE para baixar ou apenas para consultar
<http://www.dieese.org.br/projetos/informalidade/cartilhaCuritiba.pdf>
- No caso de Curitiba, após a atuação do Comitê, estima-se que a proporção de trabalhadores registrados tenha aumentado em 15 pontos, totalizando 63% dos trabalhadores no Paraná (sem a atuação do comitê, essa proporção seria de 48%). Além disso, mais de 300 formalizações foram realizadas entre 2010 e 2012, como resultado direto da iniciativa

Bares e Restaurantes – Natal/RN

- Sensibilização e difusão do conhecimento sobre previdência social e seus diversos benefícios, bem como nas diferentes maneiras de se concretizar a formalização.
- Grupo Gestor responsável pela mobilização e articulação dos atores envolvidos com a questão no setor de bares e alimentos e sensibilizar órgãos da Prefeitura Municipal de Natal sobre a possibilidade de implementar um programa similar à Linha da Pequena Empresa de Porto Alegre.
- Realização de oficinas em escola técnicas federais na região metropolitana de Natal para debater com alunos, futuros profissionais do setor, questões relacionadas à informalidade.
- Realização de dois cursos sobre educação previdenciária nas cidades de Natal e Mossoró (para trabalhadores, pequenos empresários e sindicalistas).

Emprego Doméstico – Salvador e Nacional

- Realizado logo depois da aprovação de um marco jurídico fundamental, a chamada PEC das Domésticas (EC nº 72/2013) teve uma grande importância para manter a boa dinâmica de mobilização dos atores, mas também para sistematizar as avaliações sobre as conquistas recentes e os desafios que ainda estão pela frente.
- Plano de Ação: necessidade de mobilização para aumentar a pressão na arena legislativa por mais regulamentação e aumentar a mobilização social dos próprios atores envolvidos, no sentido de disseminar informação e sensibilizar trabalhadores e empregadores tanto para a importância da formalização, quanto da sindicalização e difusão da negociação coletiva.

Confecções – Agreste / PE

- Três seminários abertos, nos quais houve a participação de cerca de 500 pessoas;
- Parcerias com cinco instituições de ensino técnico e superior;
- Quatro seminários de formação com 35 estudantes;
- Pesquisa de campo com 88 costureiras;
- Três seminários de sensibilização sobre direitos previdenciários com cerca de 50 costureiras;
- Curso de dois dias sobre educação previdenciária para 35 pessoas.
- Plano de ação com um recorte de gênero: “Diálogo Social-Mulheres Costurando Direitos” – Publicação de Cartilha.
- Adesão da SRTE /PE à metodologia proposta pelo projeto-piloto: incorporou elementos do método do diálogo social para lidar com a questão de violações da legislação trabalhista, para além da fiscalização.

Assalariados Rurais - RS

- Início de um processo de mobilização transfronteiriça mais consistente entre as organizações representativas dos trabalhadores.
- Abertura de um canal de interlocução com órgãos de governo nacionais, mas também regionais: assessores parlamentares do Parlasul (Parlamento do Mercosul) foram convidados a participar da segunda oficina do piloto, em Uruguaiana
 - troca de informações entre governos e trabalhadores sobre medidas para favorecer a regularização do trabalho nessas áreas, assim como sobre a efetiva aplicação dos acordos multilaterais do Mercosul e seu aperfeiçoamento.
- Mobilização dos atores sociais e a ampliação dos canais de diálogo para além do projeto – cruzando fronteiras institucionais e geográficas – apontam para perspectivas bastante positivas para a execução de medidas concretas para favorecer a formalização.

Perspectivas

- DIEESE está criando um Programa permanente para tratar da informalidade
- Disseminação das experiências para outros pilotos, inclusive via Observatórios do Trabalho
- Disseminação para outros países da América Latina

www.dieese.org.br

